

NÃO PERDER O FIO À MEADA

Antonio Bugalho (Médico consultor)

Muitos colegas debatem-se com falta de clareza nos seus posicionamentos do dia a dia e na confrontação daquilo que são as suas atribuições de funcionários e dirigentes do serviço público e em simultâneo membros da Ordem dos Médicos. É lamentável notar que esta falta de clareza é mais evidente à medida que os médicos são mais dirigentes do que funcionários do serviço público e mais dirigentes da Ordem do que membros da Ordem dos Médicos. Por não estarem talvez habituados a esta destriça, alguns colegas, perturbam o equilíbrio necessário de competências, que o ensino das residências médicas precisam, para se expandir com qualidade, equidade, regulação e ao mesmo tempo, com hábitos de prestação de contas à sociedade e aos pacientes.

Na minha opinião, a direcção do Ministério da Saúde no período de 2012-2014, já de si com métodos de gestão ou orientações de pouca visão, tentou fazer confundir as duas greves dos médicos de 2013, com a Ordem dos Médicos e com as residências médicas, o que era uma falsidade. As residências médicas que sempre decorreram ao ritmo do país desde a independência, foram suspensas, e dezenas de jovens médicos viram interrompidas as suas carreiras, com procedimentos disciplinares e em retaliação pelas suas reivindicações. Alguns jovens médicos chegaram mesmo a abandonar a residência médica e se dedicarem ao sector privado. Os médicos dirigentes, entusiasmados com esta vitória pírrica da greve, acharam que não foi suficiente, e maravilhados com a brilhante solução, começaram a intimidar administrativamente os médicos seus colegas no topo da carreira, que não tinham participado na tal greve, mas também não tinham colaborado nas punições montadas contra os seus colegas mais novos, nem nos processos de denúncias e acusações, levando-os à reforma compulsiva, comprometendo ainda mais o ensino das residências. É claro que a operacionalização desta parte administrativa foi executada em tempo recorde, nunca visto antes, com esmero e dedicação.

A partir desta altura e apesar da recém criada Ordem dos Médicos (2006), na altura, nunca se ter envolvido na referida greve, o importante papel da Ordem, em vez de ser enriquecido, foi empobrecido e usurpado pelos médicos dirigentes, a tal ponto que se foram perdendo os consensos, inclusive em relação ao ensino das especialidades e da sua gestão.

Para justificar o lado errado da razão e sem a intervenção da Ordem, são multiplicadas as entradas nas residências, muito acima daquilo que seria o número de vagas possíveis, resultando num difícil cumprimento dos mínimos aceitáveis para o cumprimento dessas residências e consequentemente o prolongamento dos tempos previstos.

A Ordem estatutariamente foi a eleições em fins de 2014, e os médicos votaram entre quatro listas, uma das listas que não tinha nomes identificados como próximos dos acesores e colaboradores que geriram de forma péssima as duas greves de 2013.

A Direcção do Ministério de Saúde muda em janeiro de 2015, bem como mudam também outros contextos nacionais.

A Ordem inicia em 2014 uma profunda reestruturação no seu conceito de gestão de residências médicas, e introduz as fundamentações sobre acreditação e certificação, para responder às necessidades urgentes do país, de expansão da formação de especialistas como também de organização interna e descentralizada. Estes conceitos são aprovados em Assembleia Geral de Março de 2015.

Em Março de 2016 a OrMM e a nova direcção do MISAU assinam um memorando de entendimento, a partir do qual é criada a Comissão Nacional de Residências Médicas (CNRM) por despacho ministerial publicado em BR de de 8/9/16 Isérie nº 107.

A OrMM cria, no segundo semestre de 2016, o Conselho de Acreditação e as Comissões de Revisão com regulamentos, “políticas e procedimentos”, além destes órgãos aprovarem também os Requisitos Institucionais e os Requisitos Comuns de Programas. Estes órgãos da Ordem tratam de programas, andamento de programas, monitorização de programas, sistemas de avaliação e competências, e vagas . É também criado o Conselho de Certificação e Comissões de Certificação, com regulamentos, regras para certificação, regras de exames, provas de acesso. Estes últimos órgãos da Ordem tratam exclusivamente de certificação, revalidação de certificação estrangeira e manutenção de Certificação.

O “Regulamento de Residências Médicas da Comissão Nacional de Residências Médicas” é publicado em BR por diploma ministerial 85/2016 de 15 de Novembro Ia série 136. Este regulamento estabelece quais são os níveis de autoridade e atribuições em tudo que respeita as residências médicas no país.

Como está disposto no regulamento, todas as instituições, que neste momento têm programas de residência, devem ser acreditadas segundo os Requisitos Institucionais do Conselho de Acreditação, para que posteriormente os seus programas sejam também acreditados individualmente. Os programas de cada especialidade, que são da responsabilidade do Conselho de Acreditação e Comissões de Revisão, devem integrar todos os Requisitos Comuns de Programa. Os Requisitos Institucionais e respectivo documento para respostas já foram enviados a todas as instituições.

Apesar do MISAU e da Ordem, terem estabelecido um entendimento para o funcionamento das residências, e estarem em sintonia regulamentar, herdámos da crise de 2013, duas espécies digamos que radicais: aqueles do tipo “quem é a Ordem?”, “aqui no meu hospital a Ordem não entra”, “se é para reunião do colégio aqui não pode”; e aqueles do tipo “se é para o MISAU não quero colaborar”, “fizeram muito mal”, “nunca mais”, “fui muito humilhado”, “com esses rapazes não trabalho”, etc.

Quer uns , quer outros , dificultam enormemente o funcionamento do regulamento das residências, ou seja, porque ainda são dirigentes do tipo “L'Etat c'est Moi”¹, ou porque são médicos dirigentes de influência nos colégios da Ordem e também acham que os colégios são tipo califados. Nestes últimos também é habitual reunir duas ou três pessoas e dizerem que “reuniram o colégio”, com honrosas excepções.

Para que fique claro, quando falamos de residência médica, os colégios têm uma Comissão de Revisão (já publicada), que segue as regras gerais do Conselho de Acreditação (já publicado), que

¹ (O Estado sou Eu). O ditado era crença de Luís XIV. Sobre este princípio agi com consistência tolerável.

tem a responsabilidade de todos os programas nacionais daquela especialidade (acreditação e monitorização, supervisão). Os colégios também têm uma Comissão de Certificação (já publicada) que segue as regras do Conselho de Certificação (já publicado), que tem a responsabilidade de todas as acções de certificação, revalidação e manutenção de certificação dessa especialidade. Estes conselhos e comissões têm nomes e devem funcionar em pleno, alguns estão, outros não.

E dentro das Instituições? As instituições, os programas dentro das instituições, seguem as regras da acreditação através daquilo que se chama Requisitos Institucionais e Requisitos Comuns de Programa, e a tarefa dos gestores é adquirir e manter essa acreditação.

Então, e todos os intervenientes seguem quais regras? Todos os intervenientes seguem aquilo que está escrito no Regulamento das Residências Médicas, da Comissão Nacional de Residências Médicas.

Então quem paga este enorme trabalho? Não sei. Mas sei que não podemos querer o dinheiro das mangas, quando ainda estamos a plantar as mangueiras. Sei que não se podem contar com os ovos quando as galinhas ainda são pintos.

Sabemos todos, que quando se trata de residências médicas, todos temos que estar envolvidos, e participar, porque é a última trincheira da medicina, e nós todos temos responsabilidades perante a sociedade, perante a medicina e perante nós mesmos, para que não se diga nunca “você são culpados porque não quiseram saber, ou “abandonaram”. Pelo menos tentámos. Devemos iniciar também para nós próprios aquilo que se chama manutenção de certificação.

Se é de todo impossível os colegas todos se juntarem para a construção de bases sólidas para este edifício das residências médicas, e para o futuro da própria medicina no nosso País, pelo menos não roubem o cimento e o ferro dos alicerces.

A propósito de ovos, para aqueles que comemoram, Boa Páscoa 2017.